



Novos Cadernos NAEA

v. 26, n. 1 • jan-abr. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536



O RIO, ATOR DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

THE RIVER, ACTOR OF THE AMAZONIAN TERRITORY

Philippe Plas  

Universidade Paris 13

Vanderlúcia da Silva Ponte  

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Érico Silva Alves Muniz  

Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO

O presente trabalho analisa como se estabelece uma relação entre as populações das ilhas e dos rios urbanos na Amazônia. Neste espaço, entre as margens do mundo urbano da cidade e o mundo rural das ilhas, funciona um sócio-sistema de ilhas e margens. Analisamos esse sistema com base na teoria do ator-rede (LATOUR, 2006), observando que um ator não humano desempenha um papel essencial: o rio, que separa e conecta. Na relação com o rio, duas lógicas concorrentes foram reveladas: a lógica de dominação, que aparece claramente em grandes projetos urbanos, em que se tenta dominar e controlar o rio e; por outro lado, a lógica da cooperação, aquela que é usada pelos ribeirinhos, que se adaptam a condições da vida impostas pelo rio. Estes dois modelos dificilmente estabelecem acordos entre si e seu confronto está na raiz de lutas urbanas, constituindo-se como um conflito cultural.

Palavras-chave: Sócio-sistema. Ilhas. Rios. Margens. Cidade.

ABSTRACT

The present work analyzes how a relationship is established between the populations of islands and urban rivers in the Amazon. In this space, between the margins of the urban world of the city and the rural world of the islands, a socio-system of islands and margins operates. We analyze this system based on actor-network theory (LATOUR, 2006), noting that a non-human actor plays an essential role: the river, which separates and connects. In the relationship with the river, two competing logics were revealed: the logic of domination, which clearly appears in large urban projects, in which one tries to dominate and control the river and on the other hand, the logic of cooperation, the one used by the riverside people, who adapt themselves to the conditions of life imposed by the river. These two models hardly reach agreements with each other, and their confrontation is at the root of urban struggles, constituting a cultural conflict.

Keywords: Social-system. Islands. Rivers. Shores. City.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apoia-se nos dados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2017 e 2018, no âmbito do projeto “Desafios sociopolíticos da gestão da água e governança territorial”¹, sobre as relações existentes entre os rios urbanos e as ilhas, nas cidades de Belém e de Cametá, estas respectivamente localizadas na região metropolitana de Belém e no nordeste paraense.

Durante esta pesquisa, realizou-se 15 entrevistas na cidade de Cametá e nas ilhas de Juba, e 7 entrevistas na cidade de Belém, no Porto da Palha e no Porto do Sal, além de observação (*in loco*) por meio de 3 trabalhos de campos etnográficos. O ponto central deste estudo repousa sobre as trocas cotidianas e intensas, entre as ilhas e as margens da cidade. Alguns trabalhos já sublinharam a importância dessas trocas, sobretudo os estudos de Rodrigues (2008), Pereira (2014) e Trindade Júnior (2002); estudos esses que nos mostram a produção de uma realidade cultural original nesses espaços (RODRIGUES; CAVALCANTI, 2010).

Enfatizamos que a mobilização dos habitantes contra o projeto de desenvolvimento urbano do Programa da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) às margens de Belém também ajudou a reforçar essa realidade cultural (SILVA; PEIXOTO, 2015). Em razão disso, nesta pesquisa, um ator incomum emergiu como estruturante do sistema de ator e da produção cultural desses espaços: o rio. Um ator multipresente na Amazônia que vem sendo chamado por novas linhas interpretativas da análise sociológica para tratar da relação entre sociedade e natureza (LATOURET, 2006).

De fato, o rio é tão consubstancialmente presente na paisagem que o esquecemos. Para uma equipe de pesquisa integrada como a nossa, composta por diferentes pesquisadores do Brasil e da França, a Amazônia pode parecer, de imediato, uma imensa floresta misteriosa e fascinante, mas também vista, sob o olhar etnocêntrico de um estrangeiro, pode parecer um lugar de perigo, ameaçado pela violência urbana, típica das grandes cidades capitalistas. Entretanto, a Amazônia, mais do que uma floresta, apresenta-se à primeira vista como um lugar das águas, uma impressionante rede de rios, de igarapés, paranás, lagos: em toda parte, há água.

As estatísticas apresentam que a densidade populacional na floresta, longe dos rios, é baixa, embora saibamos pelos estudos etnográficos que muitas populações foram invisibilizadas pelas estatísticas, sobretudo os

¹ Projeto aprovado pelo CNPQ Universal em 2006 - 403327/2016-4, coordenado por Maria José da Silva Aquino Teisserenc.

povos indígenas, os ribeirinhos e tantas outras comunidades que vivem na Amazônia. Esta é uma realidade do ontem, do hoje e provavelmente do amanhã, evidenciada certamente para todo mundo, mas como pensar sobre os homens e a sociedade sem integrar o rio na problemática da ação? Em uma série de trabalhos na Amazônia, essa realidade do rio e das águas permanece com um ponto estranhamente indefinível.

Para comprovar tal assertiva, pode-se citar a excelente tese de Edir Pereira (PEREIRA, 2014) sobre as comunidades ribeirinhas do rio Tocantins, trazendo para o debate o rio e sua capacidade de ação na vida dos ribeirinhos, onde a variação sazonal das águas interage intensamente nos modos de vida de seus habitantes, transformando profundamente a alimentação, o trabalho e as relações sociais. Ou seja, reintegrar o rio no debate da lógica da ação é o principal objetivo deste estudo, já que nos parece ser em torno dele que a vida sociocultural amazônica se produz.

Para o presente trabalho, concentramo-nos na pesquisa sobre dois lugares: Belém e Cametá, que apresentam configurações semelhantes entre o rio e as margens das respectivas cidades, mas também nuances significativamente diferentes. Na primeira sessão do artigo nos concentraremos sobre o sócio-sistema entre as ilhas e as margens, abordando o rio como ator do território, sendo ele uma fronteira que separa e conecta relações econômicas, sociais e culturais. Na segunda sessão, tentaremos mostrar duas perspectivas filosóficas coexistentes no tempo e no espaço nas relações entre os rios: a lógica de dominação, predominante no ocidente; e a lógica de cooperação, presente na Amazônia.

Belém, que é a capital do estado do Pará e a grande cidade “porta de entrada” da Amazônia, possui cerca de um milhão e meio de habitantes em uma área de aproximadamente 1.000 km², cercada por águas: a Oeste pela baía do Guajará e ao Sul pelo rio Guamá, ao qual se integram igarapés e canais, além das chuvas diárias que caem do céu transformando as ruas em cursos d’água. Cidade moderna, de urbanização vertical agressiva, com fluxo contínuo de veículos grandes e pequenos; e engarrafamentos cada vez mais densos e frequentes, mas que de maneira espetacular é paralisada pelo rio, barreira brutal à força finita da cidade.

Como bem analisou Henri Lefèbvre (2004), o urbano, a sociedade, não é somente um território construído, uma densidade de população, é também e, sobretudo, uma realidade cultural. A sociedade urbana não é mais uma realidade cultural específica do espaço urbano. A cidade funciona como uma matriz de elementos culturais que progressivamente funcionam

como um fundo comum de vastos setores da humanidade; isso é verdadeiro em escala global. Depois do período neolítico, as inovações culturais e as práticas urbanas se difundiram largamente, embora esse fenômeno possa também ser observado em nível local (LEFÈBVRE, 2004; CHILDE, 2003).

No pensamento descrito na tese de Braudel (1995) sobre o Mediterrâneo, viu-se que na longa duração a compreensão do papel desempenhado por rios e mares, é fundamental para a história das civilizações. Com impacto para o comércio, vida cotidiana e meio ambiente, as águas ditam também parte das dinâmicas econômicas e culturais, impactando nas migrações e no trato com a terra.

Em relação aos territórios amazônicos, o que se observa e o que nos parece evidente, é que o urbano não se interrompe com o rio. Primeiramente, porque, administrativamente falando, os municípios de Belém e de Cametá englobam as ilhas que se confrontam às cidades. A cidade de Belém possui 39 ilhas, muitas delas inabitadas; a população que vive nessas ilhas é pouco numerosa, de acordo com dados do Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Belém (BELÉM, 2020). Embora os dados sejam imprecisos, são essas pessoas que vivem nas ilhas que manejam os recursos florestais e, cotidianamente, mantêm relações intensas entre as ilhas e as “terras firmes”. Em Cametá esse fluxo é mais intenso, já que a cidade possui 136.290 habitantes, apresentando uma densidade populacional de 39,23 hab/km², sendo que 56% da população vive na área rural, na maior parte, distribuída entre as 90 ilhas existentes no município.

2 O SÓCIO-SISTEMA DE ILHAS E MARGENS

Na Amazônia brasileira a construção dos espaços urbanos apresenta características específicas. Uma das mais notáveis é a persistência da coexistência de territórios muito densamente povoados com territórios de baixa densidade, sem transição intermediária. Corresponde a essa ruptura, uma relação de proximidade entre os espaços dominados por atividades urbanas, e espaços dominados por atividades rurais, embora seja possível observarmos o urbano no rural e o rural no urbano, como podemos ver no intercâmbio de trocas comerciais e culturais entre as ilhas e as cidades.

A ruptura do espaço pode ser encontrada nas metrópoles urbanas como Belém ou em cidades menores, como Cametá. Nesta última, como em outros lugares, o desejo de instituir uma ruptura radical entre a cidade

menor e a metrópole não se observa (PEREIRA, 2014). Mesmo nas grandes cidades amazônicas como Manaus e Belém, são expressivas áreas rurais em convivência com o espaço urbano (BELÉM, 2020).

O rio funciona como uma fronteira e o espaço urbano cria uma barreira nessa fronteira; mas ele o cruza. No entanto, como viu claramente Debray (2010), a fronteira é, ao mesmo tempo, o que separa e o que conecta. É uma costura revelada por linhas pontilhadas nos mapas da geografia. Nesse sentido, podemos nos reportar às malhas dessa geografia entendendo-a como sinaliza Ingold (2012). Segundo o referido autor, o rio é o agente vivo que engloba “o modo como os movimentos e ritmos da atividade humana e não humana são registrados no espaço vivido”, podemos pensar, assim, que o rio coordena e ordena o ritmo das atividades humanas entre as ilhas e a cidade. Na costura dessa malha, entre “fluxos e contrafluxos”, o rio desenha, movimenta, por meio de sua existência viva, múltiplos sujeitos e relações (INGOLD, 2012, p. 39-40).

O rio é, portanto, fronteira espacial, radical e brutal entre o ritmo frenético da cidade e as ilhas. Em Belém, por exemplo, a cidade se estende cada vez mais à margem direita do rio Guamá, mas interrompe abruptamente sua expansão para o rio. O fenômeno é idêntico em Cametá com o rio Tocantins ou em Santarém com o rio Tapajós. Essa profunda barreira dos espaços físicos, no entanto, não impede a existência de intensas trocas econômicas, culturais ou humanas (DEBRAY, 2010).

As cidades ao longo dos rios da Amazônia apresentam interações intensas com os rios, sobretudo aquelas em que as ilhas têm maior proximidade e se situam face à cidade. Nesses casos, os dois mundos se interpelam constantemente, produzindo surpreendentes similaridades. Em termos de habitação, por exemplo, as ilhas são compostas geralmente de mangues e bosques, mas também de palafitas sobre as águas; e o mesmo tipo de habitação típica dos ribeirinhos e o modo de vida destes, podemos encontrar nas margens dos espaços urbanos das cidades. O rio cria as possibilidades para que diferentes interações ocorram, sejam culturais, econômicas ou sociais.

Neste vasto espaço que engloba tanto as ilhas quanto as margens da cidade, o rio, a água, é o eixo organizador de um sócio-sistema de ilhas e margens. Na perspectiva da sociologia do ator-rede, o rio é o ator maior deste sistema social (LATOURET, 2006). As cidades amazônicas são espaços que excedem em muito a zona urbanizada propriamente dita (CASTRO, 2008). Pensar a urbanização neste contexto é integrar no processo tanto

as ilhas de baixa densidade, quanto as densas margens da cidade, e o rio como ator na construção do elo entre esses dois espaços, que separa e une ao mesmo tempo pessoas, comércio, lazer, sociabilidade e tantas outras dimensões da vida.

De fato, é necessário considerar que uma configuração particular se constitui, um sistema social entre as ilhas e os rios, em uma lógica de negociação, da forma como enfatiza Bhabha (1998), já que esse sócio-sistema demarca os “entre lugares”, um ir e vir para todos os lados, que constitui essa identidade intervalar dos sujeitos que transitam entre esses lugares (rios, ilhas e cidades). O rio é propulsor desse processo, é o vetor que anima e molda as sutilezas desse fenômeno cultural. A troca dos objetos urbanos básicos e úteis, por meio de alimentos agroindustriais, telefones celulares, entre outros, constituindo uma vida social particular e regular, feita de interação comercial, de convivência e confronto. Nesses interstícios entre as ilhas e a cidade, as pessoas se encontram, conversam, brincam, interagem (de forma improvisada e fortuita) e se confrontam.

O rio configura o território da cidade. Esta não está à beira do rio como comumente nosso olhar rápido nos faz acreditar, ela está no rio, incorpora-o em seu espaço. Em certo sentido, também é o caso de muitas cidades europeias e americanas como Londres, Paris e Nova Iorque, mas em um sentido muito diferente, porque, como veremos, a natureza das relações com o rio na Amazônia é muito distinta do Ocidente.

O rio, seja qual for – Sena, Mississipi ou Amazonas –, é vivo, ele pode ser caprichoso, irregular ou até mesmo perigoso. Na Amazônia, a influência das marés é sentida muito longe da foz, em até 1.000 km de distância. Belém, localizada a cerca de 120 km do mar, vive fortemente impactada pelo ritmo alternado das marés. Para essas marés regulares são adicionadas variações significativas de água no nível do rio, devido ao regime de chuvas, com a alternância de uma estação “seca”; na verdade apenas menos chuvosa e uma estação “chuvosa”, em Belém (com mais de 400 mm em fevereiro e em torno de 130 mm de junho a novembro), o que determina a flutuação permanente do nível do rio.

O rio, evidentemente, não é somente elemento de produção do espaço urbano. Ele é um parceiro que intervém em diferentes lógicas de produção da cidade e da cultura urbana. Nossa abordagem conceitual considera, com efeito, que as modalidades de produção do espaço urbano repousam sobre a articulação de quatro lógicas fundamentais: a lógica econômica, a lógica

social, a lógica cultural e a lógica política. É essa configuração particular e sempre única, construída pelas interações dessas diferentes lógicas, que domina o território e seus elementos característicos.

Existem, no entanto, várias maneiras de entender essas diferentes lógicas. Pode-se, muitas vezes raciocinar, em nível macro, o que muitas vezes é feito pelos autores da tradição marxista, como Castells (2007) ou, até mesmo, em menor grau, como Lefèbvre (2004). Nesse caso, veremos o território como projeção de relações socioeconômicas típicas do modo de produção capitalista. Quando nos referimos ao modo de produção capitalista queremos também dar relevo à maneira de conceber a natureza e, nesse caso específico, o rio, não funciona como ator, mas como um recurso, destituído da condição de agente, sujeito da vida amazônica.

Essa abordagem dá resultados interessantes para capturar a lógica da produção de conturbações urbanas (CASTELLS; GODART, 1974), mas parece-nos que é um ponto de vista demasiado abrangente para apreender a realidade de um bairro, por exemplo, na sua diversidade e complexidade. Para conseguir isso, é necessário usar esses conceitos nas formas específicas que eles tomam em cada território. Pesquisas realizadas em Belém e Cametá destacaram a complexidade na interação de lógicas econômicas e culturais. É sobre essas duas lógicas que nos deteremos.

Durante as pesquisas de campo realizadas pelo projeto de pesquisa, tivemos a oportunidade de navegar pelas águas amazônicas, numa dessas ocasiões deixando Belém, embarcamos ao cair da noite sobre uma balsa cargueira, que transporta as populações e as mercadorias nos rios, cruzando as teias da Amazônia em todas as direções, subimos o rio Tocantins e, na manhã seguinte bem cedo, chegamos a Cametá. Apesar da importância de sua população, os sinais da cidade são mais discretos. Sem urbanização vertical, a cidade estende seus bairros e engole a floresta ao redor. Em Belém, essa expansão está bloqueada pelo rio e pelo “vai e vem” para as ilhas, que é numeroso e muito intenso.

No entanto, o *status* dessas interações em Cametá é bem diferente de Belém, onde as margens do rio são escondidas, quase invisíveis, lugares como o Porto da Palha, o Porto do Açaí ou o Porto do Sal estão separados da cidade, como locais à parte, periféricos. Além disso, podemos descrever esses espaços como particularmente perigosos, no sentido de que há índices de violência elevados. Há muito tempo, grandes projetos urbanos como o desenvolvido ao longo da bacia da Estrada Nova vêm tentando

reconquistá-los². De fato, até a inauguração do complexo turístico Estação das Docas, com a reforma de parte das antigas Docas, a principal abertura real para o rio estava localizada no outro lado da zona portuária, estendendo-se de onde ocorre o comércio de peixe junto ao mercado Ver-o-Peso até o espaço em torno do Forte do Presépio³.

Esta característica marginal e inquietante dos afluentes do rio não se encontra em Cametá. Ao contrário, a cada manhã, as margens do rio constituem o centro principal da via pública, transformadas em um grande mercado, as trocas comerciais são intensas, assim como o “vai e vem” de embarcações, pessoas e mercadorias que saem e chegam na cidade.

Do ponto de vista cultural, o rio direciona o cotidiano do ribeirinho amazônico, estando eles em Cametá ou nas ilhas do Combu, em frente à cidade de Belém. O dia começa cedo para as famílias ribeirinhas, logo ao amanhecer dependendo da maré, as palafitas submersas ao rio, recebem o balanço das ondas que se movimentam pelo “vai e vem” das rabetas que transportam as mercadorias para cidade (peixes, açaí, frutas diversas, ervas e tantos outros produtos coletados na floresta). No final da manhã ou à tarde, o caminho é inverso; os ribeirinhos retornam com as mercadorias e os produtos comprados na cidade. Os familiares, os idosos aposentados, os doentes que foram realizar consulta médica e as mulheres que recebem benefícios sociais percorrem a cada semana ou, pelo menos, uma vez ao mês, o mesmo percurso do rio.

O dia a dia das crianças a cada enchente e vazante do rio é intenso. Banhar-se logo cedo e, ao mesmo tempo, brincar com os irmãos e vizinhos no rio é uma rotina que requer aprendizado de uso do espaço, pois as crianças pulam das pontes de madeira a longa distância rio adentro e desaparecem momentaneamente, emergindo em seguida com facilidade e destreza. Já no café da manhã os hábitos da cidade se apresentam à mesa da família ribeirinha por meio dos produtos industrializados como pão, manteiga, bolacha, café, entre outros, mas também com consumo dos produtos coletados na floresta, como o cacau e a pupunha, ou na roça, como a tapioca e o beiju.

² Local que está sendo implantado um grande projeto de saneamento e urbanização da orla de Belém, às margens da baía do Guajará.

³ Referimo-nos ao Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém, popularmente referido como Forte do Castelo, localizado na baía do Guajará à margem direita da foz do rio Guamá.

No trajeto das crianças à escola pelas vias do rio, há sinalização aos navegantes das rabetas sob placas próximas às suas margens, alertando os motoristas com placas que informam: “diminua a velocidade de sua embarcação”, “lugar proibido para pescar”, “vende-se gasolina”, “não jogue lixo no rio”. Percebe-se nesse trajeto certa reprodução das vias públicas das cidades, mas também as marcas da existência do rio, impondo a necessidade de reprodução dos peixes e a permanência de outras vidas que coabitam em seu curso.

O acesso dos moradores das pequenas comunidades que se avolumam ao longo do rio ocorre, muitas vezes, através de furos e igarapés, os quais dependem da enchente e da vazante para que o percurso não seja interrompido. Há uma grande movimentação entre uma vila e outra, seja para participar das festas de santo, ou simplesmente de cultos evangélicos e missas, que, geralmente, ocorrem nos fins de semana, mas também para visitar parentes e/ou participar de pequenas reuniões comunitárias, geralmente, para decidir sobre os interesses dos associados junto às organizações e sindicatos de pescadores e produtores rurais.

Do mesmo modo, o trajeto para as matas, para a coleta de produtos florestais e para a pesca de camarão e peixe, depende de pequenas pontes improvisadas com palmeiras de açaí e de outras árvores jogadas ao chão, que facilitam o caminho em pequenos furos de rios que se formam mata adentro. É o convívio com os imperativos do rio que cria as possibilidades de as famílias ribeirinhas trabalharem, passearem, e criarem seus laços de sociabilidade, possibilitando também que a cidade adentre o rio, já que muitas das embalagens dos produtos industrializados adquiridos em Cameté ou Belém são jogadas em seu curso e transformadas em lixo.

Adentrar o rio não ocorre sem os devidos cuidados. No período menstrual das mulheres elas são alertadas para não pescar ou nadar. Dizem os ribeirinhos que o sangue da mulher atrai o boto (ser encantado que no imaginário amazônico, tem capacidade transformacional e pode metamorfosear-se em um homem), podendo engravidar as mulheres. Dizem os pescadores que a companhia das mulheres na pesca pode impedir o seu sucesso, já que a mulher, pelo sangue menstrual, pode chamar quantidade considerável de botos e impedir o êxito da pescaria. Apesar das mulheres refutarem esse discurso dos homens, essa narrativa entre os ribeirinhos se mantém, o que justifica talvez, o domínio masculino da pesca.

3 VIVER COM O RIO: LÓGICA DE DOMINAÇÃO E LÓGICA DE COOPERAÇÃO

A vida com o rio supõe uma adaptação permanente com seus visitantes e habitantes de suas margens, mas é necessário estabelecer um acordo com ele para firmar algum tipo de parceria exitosa. Nessa perspectiva, nós podemos considerar duas filosofias coexistentes no tempo e no espaço e elas mobilizam duas concepções diferentes das relações entre humanos e não humanos.

A primeira procura organizar a vida social, a vida econômica e, muitas vezes, a vida cultural em função das exigências do rio. Esta lógica de cooperação negocia com o rio. Lembremos aqui do papel extraordinário desempenhado pelo rio Nilo no antigo Egito. Ele foi o ator majestoso daquela grande civilização que desdobrou sua história ao longo de mais de três milênios; e que por muito tempo prolongou sua influência no imaginário ocidental, como quando nós pensamos no culto de Isis em Roma, por exemplo.

Ele marcou profundamente a mitologia egípcia e a moldou amplamente, mas esse gigante do deserto não é um daqueles que se domina. Para se aproveitar de seus benefícios, era necessário negociar e no mais alto nível: a cada ano o Faraó, o próprio deus segundo a Mitologia, subia o rio em seu barco sagrado para pedir aos deuses do rio que trouxessem novamente o lodo que fertilizaria os campos e permitiria colheitas abundantes. Era uma questão de estabelecer parceria entre o rio e os deuses, que são os mestres e as autoridades político-religiosas personificadas pelo Faraó. Essa antiga prática de negociação com o rio é também muito semelhante às práticas adotadas entre os povos indígenas e os ribeirinhos da Amazônia. Essas negociações são articuladas com o rio, com suas vontades, como seus espíritos, constituídos parceiros da ação ou da inação.

Os rios amazônicos possuem uma dimensão mágica, os povos indígenas originários dizem que os rios e as florestas têm dono e são dominados pelos espíritos que controlam a ação dos humanos. Criaturas como a mãe d'água, o boto, a cobra grande, entre outros, povoam o imaginário e a cosmologia desses povos e das populações ribeirinhas. Segundo as narrativas Tembé, esses seres ou espíritos têm força e podem agir sobre os humanos, causando-lhe danos. É necessário, como eles dizem, estabelecer relações de acordos e regras de uso para o usufruto de seus recursos naturais.

Ao entrar nas florestas ou nos rios, por exemplo, é necessário pedir licença e acatar os horários considerados adequados para uma boa pesca ou para um simples banho. O rio é o lugar dos espíritos; se as regras de convívio com o rio não são garantidas, uma série de infortúnios e doenças podem acometer o indivíduo; por isso é importante considerar o fluxo da natureza, seu domínio e seu sistema. O Sr. Caldas, ribeirinho do Baixo Tocantins, diz que se pode tirar tudo do rio, mas não se pode fazer isso sem respeito: “eu não posso predar, no rio eu não posso pegar o peixe no tempo da desova, isso eu não posso fazer” (informação verbal)⁴.

Lévi-Strauss (2004), Descola (2015) e Viveiros de Castro (1996), cada um em seu tempo, buscaram entender esse universo amazônico. Em sua “tetralogia mitológica”, Lévi-Strauss (2004) afirma que a humanidade era uma só: gente, planta e bicho tinham a mesma natureza, eram todos humanos; as narrativas míticas amazonenses estão plenas desses exemplos. No entanto, no decorrer do desenvolvimento da vida humana, plantas e bichos perderam sua condição humana e tornaram-se mitos.

Descola (2015), por outro lado, admite, por meio da teoria do animismo, em seu estudo entre os *Achuar* e outros estudos comparativos, que, embora diferentes fisicamente, animais, plantas e gente possuem a mesma humanidade e se pensam como humanos. A teoria do animismo do autor permitiu-nos pensar em outras ontologias, para além do naturalismo europeu, formulado a partir da descontinuidade entre humanos e não humanos (separação entre natureza e cultura) para bem entendermos o pensamento dos povos da Amazônia. Por meio da relação natureza e cultura, o autor nos mostra a limitação filosófica do pensamento dualista, ao mesmo tempo em que lança outros olhares acerca do pensamento ameríndio, fazendo-nos compreender que a noção de natureza poderia ser uma expansão do universo social, seja por meio das plantas, dos animais ou do rio, como é o caso que tentamos demonstrar neste estudo.

Viveiros de Castro (1996) e Lima (1996), a partir da teoria do perspectivismo, compreendem que a natureza humana para os indígenas é uma questão de perspectiva, já que os não humanos veem os humanos como a si próprios e vice-versa. Essa noção de perspectiva permite pensar o universo amazônico imerso em inúmeras alteridades e, portanto, constituído de múltiplas relações com diferentes sujeitos (humanos e não humanos), os quais apresentam pontos de vistas distintos. Ao romper a estrutura clássica

⁴ Informação concedida pelo Sr. Caldas, ribeirinho, em Juba de Cima, Cametá-PA, em abril de 2018.

entre natureza e cultura, como também fez Descola (2015), Viveiros de Castro (1996) postula que, na concepção ameríndia, a cultura assume lugar universal e a natureza forma particular, admitindo existir no universo amazônico a aceção multinaturalista, em oposição ao multiculturalismo ocidental.

É o corpo, aponta Viveiros de Castro (1996), o lugar do perspectivismo, uma vez que constitui um *habitus* e, portanto, com capacidade agentiva de afetar outros corpos. Para esse autor, o corpo não se apresenta na concepção fisiológica e anatômica ocidental, mas como um conjunto de maneiras de ser, havendo, assim, uma continuidade metafísica e descontinuidade corpórea entre os múltiplos seres que compõem o cosmo. Nesse sentido, podemos pensar o rio e o conjunto de seres que o constitui como parte de uma única cultura, mas de naturezas múltiplas.

Maués (2012) nos deixa ver como essa relação dos “encantados”, que habitam o “fundo das águas”, extrapola o universo e as cosmologias indígenas, alcançando, em grande parte, a população rural amazônica. Segundo o autor, essas relações entre humanos e não humanos que se apresentam entre as populações rurais, aqui incluídas as ribeirinhas, são complexas e assumem um caráter holístico, mostrando-nos que o perspectivismo também se faz presente entre essas populações.

Percebe-se a partir dos estudos de Maués (2012) que a dimensão simbólica é um forte elemento no pensamento amazônico não só dos indígenas, mas das populações que vivem em torno dos rios. É a partir dessa dimensão, que podemos entender os acordos e os processos de cooperação que estabelecem os povos indígenas e as populações amazônicas com o rio. Nesse sentido, o rio não é somente um elemento da natureza, mas também um ator que age, tem subjetividade e agência sobre o sujeito com o qual interage.

A outra perspectiva é a lógica ocidental, de acordo com o que Descola (2015) chama de paradigma naturalista, a relação com o rio é muito diferente: se negocia muito menos, se está à procura de dominação.

Para pensar a lógica da dominação, podemos continuar a recorrer à agricultura irrigada como exemplo, pois em 2012, no mundo, 324 milhões de hectares de terra foram irrigados por diferentes técnicas, sendo 50% na China, na Índia e nos Estados Unidos. No entanto, a aparente continuidade desse processo é enganosa; hoje, a irrigação não renovável, isto é, a subtração da água subterrânea a um ritmo maior que a sua reconstituição, está se desenvolvendo consideravelmente (WADA; BIERKENS, 2014). Com efeito, enquanto no crescente fértil do Egito antigo e até hoje, nos oásis

do deserto, a irrigação está relacionada às técnicas de captura/restituição da água do rio; atualmente, a técnica de bombeamento no lençol freático é cada vez mais dominante, levando à destruição acelerada dos recursos hídricos do planeta.

A relação do Ocidente com seus rios se inscreve na lógica da violência, na relação de força. Essa relação é antes de tudo, para dominá-lo, domesticá-lo por todos os meios oferecidos pela técnica. Na França, por exemplo, contabilizamos 9.000 km de barragens fluviais e marítimas. Na Europa, a Holanda é um país quase totalmente composto de *polders*⁵, com canais artificiais, barragens lutando contra a água, sendo essa prática incessante desde o século XII.

Essas duas filosofias puderam ser combinadas na Mesopotâmia antiga ao praticar a irrigação, que é uma forma de cooperação com o rio, mas igualmente, podemos ver o modo de dominação presente ao procurar limitar os efeitos da violência causada pela inundação, por meio de barreiras e lagos de retenção. No entanto, a lógica da negociação é predominante; como veremos, esse ainda é, em grande parte, o caso da Amazônia.

O grande projeto de desenvolvimento de aterros do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), em Belém, pode ser interpretado como uma mudança de paradigma em relação ao rio, como uma mudança da lógica da cooperação para a lógica da dominação. Essa mudança de paradigma sustenta os confrontos socioculturais que opõem moradores das margens do rio, ribeirinhos e habitantes das ilhas e os agentes do planejamento urbano, apoiados por políticos e grandes empresas de obras públicas (PROMABEN, 2007). O confronto entre esses dois paradigmas é manifestamente expresso no Porto da Palha, em Belém.

O Porto de Palha é organizado em torno de uma rua estreita e curta (aproximadamente 500 metros), originária da Avenida Bernardo Sayão, no bairro de Guamá, não muito longe da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em torno dessa rua principal, se expande uma pequena rede de ruas estreitas. O modelo de urbanização é bem próximo do que se encontra na maioria das periferias das cidades brasileiras. As passagens são estreitas, o espaço foi gradualmente preenchido por lojas e as habitações feitas de forma improvisada e sem ordenamento, esgoto e saneamento. Trata-se de uma ocupação habitacional horizontal densa.

⁵ É uma porção de terrenos baixos, planos e alagáveis que são protegidos continuamente de alagamentos por meio de diques e dessecamento, visando a utilização na agricultura ou como moradia.

Deste ponto de vista, a noção de densidade é uma realidade complexa e os números podem ser enganadores. De fato, os bairros de habitações verticais que estão se desenvolvendo rapidamente nas cidades do Sul em geral e em Belém, apresentam uma densidade estatística populacional bem superior àquela que nós observamos no bairro do Guamá. É uma realidade estatística incontestável. Grandes prédios recebem importante parcela da população, sendo que o entorno desses espaços é pouco ocupado; a população desses condomínios – como comumente são chamados – é pouco visível (BELÉM, 2007).

No bairro do Guamá, pelo contrário, a visibilidade da população é muito forte, uma vez que são pessoas que moram no local ou vem das ilhas e frequentam os comércios de propriedade dos próprios habitantes do bairro. A vida é intensa e a animação impressionante: podemos encontrar grupos formados, discutindo em encontros fortuitos em um mundo de grande troca de conhecimentos. Poderíamos falar sobre a densidade das relações sociais em relação à densidade populacional *stricto sensu*. Essa intensidade da vida social dá uma cor muito particular a esse espaço urbano popular. Como nos fez notar o presidente da Associação do Porto da Palha, o Sr. João: “aqui eu conheço todo mundo, os lojistas, os moradores, eu conheço pessoas que chegam de barco, eles vêm das ilhas. Há alguns que vêm todos os dias, nós nos conhecemos, nos falamos todos os dias” (informação verbal)⁶.

O lugar pode ser entendido como uma combinação, tanto com um mercado, quanto com um porto propriamente dito. Tem uma atividade heterogênea: ao mesmo tempo é um entreposto de embarque de pessoas e armazém de produtos muito diversificados. O mercado consiste em pequenos barracões de madeira mais ou menos alinhados sobre a rua onde vendem desde a madrugada, os produtos que são trazidos das ilhas próximas coletados no rio ou na floresta. Uma parte desses produtos vai igualmente alimentar uma área geográfica maior nos bairros do Guamá, Condor e Jurunas.

No entanto, o tráfego entre as ilhas e a cidade não tem um sentido único. Os habitantes das ilhas carregam de volta nos barcos os produtos manufaturados úteis para o cotidiano: tubos, baldes, utensílios domésticos etc., além de produtos alimentícios que compram nas lojas próximas ao bairro do Guamá. É isso que Pereira (2014) chama de encruzamento, esse lugar animado, à margem da cidade. Como exemplo, podemos citar o fluxo

⁶ Informação concedida pelo Sr. João, presidente da Associação do Porto da Palha, em Belém-PA, em novembro de 2017.

de pessoas para a UFPA, que tem a região do Porto da Palha como lugar de passagem, já que é possível ver grande número de pessoas que fazem esse trajeto diário por ali, sem jamais adentrá-lo, como diz o Sr. João: “o povo de Belém tem medo de entrar aqui” (informação verbal)⁷. Ali a negociação com o rio é diária e a implantação de grandes projetos de desenvolvimento como o Projeto da Estrada Nova, tem que ser negociada.

Em Cametá, podemos ver também como esse processo de dominação começa a se apresentar cada vez mais intensamente. Ao longo das ilhas, há um número expressivo de empresas que se avolumam em torno do rio Tocantins para explorar e comercializar os recursos extrativistas coletados pelos ribeirinhos, principalmente a andiroba, a ucuúba e o buriti, produtos muito bem aceitos no mercado de cosméticos, comercializados principalmente pela empresa Natura⁸, como também o açaí, que passa a ser produzido em grande escala, devido ao crescimento da demanda desse produto no mercado de exportação. Podemos perceber que o processo artesanal, em pequena escala, está pouco a pouco sendo modificado para atender à demanda das empresas e do mercado⁹.

De maneira similar o fenômeno vem ocorrendo com a produção pesqueira. Para vender o peixe, caso não esteja vinculado a nenhuma associação, o pescador passa cada vez mais a depender de uma cadeia produtiva extensa. Na escala inferior da produção se encontra o pescador, que vende para o “marreteiro”¹⁰ da ilha. Pescador e “marreteiro” negociam a venda do peixe em torno do rio, sendo que o “marreteiro” realiza o pagamento antecipado para o pescador vender o peixe para ele. Ao chegar na cidade, o “marreteiro do rio” negocia com o “marreteiro da cidade”, que tem o capital e vende para o “balanceiro”¹¹, que ganha em torno de R\$ 0,60 (sessenta centavos) a R\$ 1,00 (um real), o que torna o peixe cada vez mais caro, principalmente no período de defeso, quando diminui a produção. No

⁷ Informação concedida pelo Sr. João, presidente da Associação do Porto da Palha, em Belém-PA, em novembro de 2017.

⁸ A empresa Natura firmou contrato de repartição de benefícios por acesso ao conhecimento tradicional difuso associado ao patrimônio genético, após processo na justiça impetrado pelas erveiras do Ver-o-Peso que acusaram a empresa de se apropriar de seus conhecimentos na produção do perfume EKOS, a partir do processamento da príprioca, breu branco e cumaru.

⁹ Segundo Costa e Costa (2007) a venda do açaí em grande escala produziu substancial mudança nas relações sociais dos ribeirinhos e proporcionou importante impacto na paisagem ribeirinha, alterando o modelo de plantio em sistema agroflorestal para o plantio em grande escala, empobrecendo o solo.

¹⁰ Pequeno comerciante que vive nas ilhas e negocia com os comerciantes da cidade.

¹¹ Comerciante intermediário que vive na cidade e compra o peixe do “marreteiro da ilha” e repassa para os vendedores do mercado municipal.

entanto, a maior parte do peixe que chega na cidade, vem por intermédio das empresas de Manaus e Monte Alegre.

Com isso, é possível perceber uma extensa rede de atores que disputam os territórios, que impõem novas lógicas no modo de produção local e que passam a estabelecer com o rio uma relação de dominação e exploração, interferindo nas relações simbólicas e no modo como os pescadores das ilhas interagem com o rio. A narrativa do Sr. Benedito, pescador da ilha de Juba de Cima, demonstra claramente o processo de mudança em curso, da lógica de cooperação com o rio para a lógica de dominação.

Eu pescava e escolhia o peixe que eu queria comer porque tinha, agora não tem mais, desapareceu... por que a barragem sumiu o peixe? Não. Ela fez desaparecer 50% agora só que nós não tivemos cuidado em 50% que ela deixou. Foi destruído completamente pela ação do homem¹². Destruíram através daquela rede, aí não tiveram cuidado, pegaram os peixes miúdos. Antigamente não, nós pegava peixe grande, nossa rede era graúda. Agora, tem desperdício de peixe. Nós não 'tivemo' cuidado com nada, hoje em dia nós 'tamo' passando uma necessidade, por falta de nós mesmo, do povo. Tudo está sendo 'invadido', num pudemos criar mais. [...] Os bicho do mato não tem mais, 'tamo' matando tudo, tudo, porque eu acho que cresceu a população e nós 'viemo' a padecer. Hoje em dia é só no 'cumprado' (informação verbal)¹³.

A lógica da negociação com o rio ainda está muito presente em Cameté e, para apreender essa dinâmica do rio na ação local, não devemos construir uma definição essencialista nem deduzir seus efeitos sobre os outros atores. Não é necessário deslocar a questão radicalmente (CALLON, 1996; LATOUR, 2012). Não se trata de saber o que é o rio, mas de compreender: o que faz o rio? Se o rio é um ator é porque ele age e reage. Por consequência, devemos analisar os diferentes contextos, físicos, sociais, econômicos, culturais em que estão presentes as modalidades segundo as quais ele atua e interage com os demais atores. Construir, em suma, a configuração particular do sistema de ação local no qual ele se inscreve. Com efeito, não importa qual

¹² Esse impacto na redução dos recursos pesqueiros e florestais pode ser explicado em função da nova dinâmica econômica imposta a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), que impulsionou os ribeirinhos a adotarem formas de manejo dos recursos florestais adversas ao modo tradicional. Para maiores informações, consultar Costa e Costa (2007) e Pereira, (2014).

¹³ Informação concedida pelo Sr. Benedito Otávio Cardoso, pescador, em Cameté-PA, em de abril de 2018. Resolvemos manter o modo de falar dos ribeirinhos, já que expressa um elemento importante de sua identidade, em que se percebe a influência Tupi-guarani no alteamento da vogal posterior.

seja o ator, ele não se apresenta da mesma maneira em todos os momentos nem em todos os lugares.

Para os ribeirinhos, ao longo do rio Tocantins, o rio age no sentido de orientar a vida dos atores. Ele determina a maneira como vivem, como se alimentam, como as pessoas sociabilizam entre si, como gestam sua economia e a organização social e comunitária. A dimensão econômica, por exemplo, se estabelece de forma sazonal. No período da maré baixa, a atividade mais importante é a pesca, que se realiza nos períodos de março, abril e maio, sendo considerado um período farto, com abundância de alimentos. A situação se modifica com os primeiros sinais de declive da maré, sendo proibida a pesca em função do período de defeso e reprodução dos peixes. Nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, portanto, quando a maré é alta e invade os paranás e Igarapés, as atividades extrativistas são predominantes, principalmente a extração do açaí (atividade mais rentável), da copaíba e da ucuúba, conforme refere o Sr. João Caldas Pinto, em entrevista:

O melhor período para pescar é na maré baixa. Quando a água lança, o peixe diminui. Quando a água dá o primeiro sinal de queda, ele começa a aparecer. Aí, você vai ter que espiar o peixe, quando tiver na posição de pegar você vai pegar, você não pode tá pegando besteira, para não dá para todo mundo. O tamanho dele tem que ter ao menos de 20 centímetros, na minha rede, ela não pega peixe miúdo. A pesca está fechada, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Nesse período eu vivo do extrativismo: açaí, andiroba, ucuúba. O açaí, nós exporta para as empresas de Abaetetuba, Igarapé-Miri, Tomé-Açu (informação verbal)¹⁴.

É a dinâmica da mudança da maré (alta ou baixa) que definirá o modo como as pessoas irão organizar a vida social e econômica entre as ilhas e as cidades. Essa relação cria uma interação de codependência do rio e dos seus recursos nas atividades que os ribeirinhos irão realizar durante o ano todo. É uma relação que depende de acordos, posto que tem que se respeitar as regras dessa convivência, entre outras: de não pescar os “peixes miúdos” em períodos de defeso, não degradar a mata ciliar e nem jogar dejetos nos rios. São medidas que, se não asseguradas, podem comprometer a vida do rio e das populações que dependem dele.

Um aspecto importante a ser abordado sobre a ação do rio na vida social dos ribeirinhos é sua relação com a cidade, sendo bem evidente a

¹⁴ Informação concedida pelo Sr. João Caldas Pinto, pescador, em Cametá-PA, em abril de 2018.

perspectiva da mudança na ação do rio. Por ocasião da abertura da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), que teve sua construção iniciada na década de 1970, com a formação do lago artificial com uma área de 2.830 km² (ELETRONORTE, 1989), por meio de barragens do curso d'água, desviou-se o rio Tocantins a jusante da UHT, impactando diretamente na reprodução da pesca no Baixo Tocantins. Essa mudança é perceptível na vida cotidiana do ribeirinho cametaense, que vê seu modo de produção alterado, já que a escassez do peixe fez mudar seu ritmo de vida, sua produção e sua relação com o rio e a cidade.

É o que nos deixa ver o depoimento de pescadores que vivem nas ilhas do Juba de Cima e Juba de Baixo, em Cametá. Eles nos dizem que com a redução da pesca, impactada pela UHT, muitas famílias se mudaram para a área urbana de Cametá, cidade polo da região, em busca de melhores condições de vida. A busca por estudo e ingresso no mundo acadêmico se apresenta a esses ribeirinhos como uma alternativa de sair da vida dura e difícil após a redução da pesca. A necessidade de se deslocar cada vez mais longe, em braços de rios distantes, tornou cada vez mais difícil às novas gerações de pescadores, a reprodução do modo de vida ribeirinho.

Morar na cidade, aos olhos dos mais jovens, passou a ser uma alternativa possível frente aos novos desafios impostos pela pesca escassa. No entanto, como ribeirinho não foi algo facilmente assimilável, já que a identidade negativa do ribeirinho, denominada de “caboclo” – aquele que não sabe falar, se comportar, se vestir aos olhos dos cidadãos – constituiu-se em barreira para a permanência na cidade. Além disso, a vida sem liberdade e regida por um cotidiano cercado de risco e violência impôs aos ribeirinhos o desejo do retorno. Muitos ficaram, mas outros tantos retornaram, buscando adequar-se às mudanças impostas pela vida urbana. Os dias atuais parecem menos afeitos aos preconceitos, pois como afirma o Sr. Cornélio, comerciante e antigo ribeirinho que mora na cidade:

Os ribeirinhos são a base do movimento da cidade; eles que abastecem a cidade de tudo. [...] Antigamente o ribeirinho era diferente do povo da cidade, marcava pelos trajes deles, pelo modo de vestir, falar, falavam muito errado, falavam o francês ‘já me vú’. Isso era muito marcado. Hoje já não é mais, porque veio os incentivos do Governo e mudaram, porque todo mundo é pescador no interior e a maioria recebe incentivo do Governo. [...] você pode andar no interior e ver que é diferente as casas, ela é toda bonitinha, arrumadinha, eles têm o seu motor lá no rio. Hoje tem cozinha, televisão, então mudou, entendeu? E eu vejo que muita gente do interior, estão estudando, eles pegam o dinheiro da pesca e estão investindo nessas Faculdades

pequenas, à distância. Por que está mudando a cultura deles? Eu não falo cultura, mas hoje eles têm uma outra mentalidade, de estar no interior e ter só aquela vidinha, não, eles não querem mais isso! Eles já querem participar da sociedade (informação verbal)¹⁵.

As políticas sociais, por um lado, e a organização das comunidades ribeirinhas, por outro, possibilitaram novos modos de viver na cidade e nas ilhas, pois, como diz o Sr. João Caldas, “o social está na ilha”. A entrada da energia elétrica e os benefícios sociais, como Bolsa Família, Seguro Defeso (salário garantido pelo Estado ao pescador, no período de desova do peixe), Seguro Desemprego, entre outros benefícios sociais, permitiram o retorno e a permanência de boa parte dos ribeirinhos nas ilhas e, ao mesmo tempo, com acesso às facilidades que a vida na cidade oferece. Morar na ilha e adquirir os benefícios do mundo urbano, não significa o rompimento nem a perda da identidade do ribeirinho, mas a integração entre esses dois mundos.

No percurso diário entre a ilha e a cidade, o rio funciona como um território extenso que integra os dois mundos, um mediador que possibilita o comércio, a troca de mercadorias, a festividade dos Santos, a sociabilidade e o lazer, dentre tantas outras dimensões cotidianas. São modos de vida em interação, o que nos possibilita pensar de certa maneira, no que Lévi-Strauss (1976) denominou de bricolagem. São mundos em tensão e interação que se tocam, se conectam e criam novos arranjos e maneiras de viver em constante integração entre a cidade e as ilhas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto em Cameté como em Belém, opera-se um complexo sócio-sistema entre as ilhas e as margens urbanas do rio. Esse sistema é construído a partir de uma rede de atores humanos e não humanos (LATOUR, 2006, 2012) na qual interagem habitantes da ilha e das margens do rio, embarcações de todos os tipos e de diferentes lugares, produtos diversos, espíritos e, finalmente, o próprio rio. Esse último assume um papel considerável nesse sistema. É ele o vetor em torno de todas as trocas: comerciais, familiares, de amizades e simbólicas. Seus recursos são indispensáveis para as populações que vivem em suas margens, mas o rio não é um ator fácil. Ele não é só uma ferramenta, ele gera um vasto conjunto de restrições para seus parceiros, especialmente os humanos.

¹⁵ Informação concedida pelo Sr. Cornélio Furtado Machado, comerciante, em Cameté-PA, em abril de 2018.

Observamos tanto em Cameté como em Belém que uma relação particular foi estabelecida entre os diferentes atores da rede do sócio-sistema de ilhas e margens da cidade. Os ribeirinhos não procuram controlar ou dominar o rio, pois eles adaptam seu comportamento às exigências do rio. Dependendo dos períodos, mudam de atividade econômica, alterando profundamente suas vidas diárias. A habitação em palafitas é a perfeita ilustração deste processo, pois esse tipo de habitação permite, com efeito, uma adaptação constante aos diferentes estados do rio. O rio não modifica, nem controla seu estado. Os ribeirinhos preveem seus efeitos, adaptando suas residências aos cursos das marés.

Tradicionalmente a lógica que chamamos de dominação é aquela que está tão presente entre os europeus e em expansão pelo mundo e que opera por meio da construção de barragens para canalizar e controlar os movimentos do rio. No caso dos ribeirinhos, no entanto, ela se apresenta de forma diferente. Eles preferem uma atitude mais flexível que não brutalize por completo seu parceiro. É, então, possível falar de uma lógica de negociação que, como nos mostra Bhabha (1998), mesmo que aqui ele não integre em sua perspectiva a noção de fatores não humanos, permite-nos perceber que dois universos culturais distintos se contatem, se entrecruzem, sem que as regras fundamentais de convivência com o rio desapareçam.

Essas são maneiras de interagir que não produzem rupturas totais, nem se trata de relações binárias – os ribeirinhos de um lado e os cidadãos de outro –, mas de uma costura desenhada pelo rio. Esta lógica de negociação diz respeito também às populações rurais das ilhas e das que vivem às margens da cidade, como as populações do Porto da Palha, por exemplo. Entre essas populações encontramos o mesmo processo de negociação permanente, de acordos em curso, em que o rio dita as regras desse jogo político, marcado por uma agência que produz efeitos no imaginário, na subjetividade e nas identidades ali construídas.

A lógica de dominação em sua essência se organiza de forma contrária à lógica de negociação. Atualmente, a lógica de dominação se exprime em Belém por meio dos grandes projetos de desenvolvimento urbano, como o citado PROMABEN, como mostra o projeto já realizado ao longo da Avenida Bernardo Sayão (Estrada Nova), fortemente contestado pelos moradores do rio (BELÉM, 2007, 2008). Neste caso, a violência do confronto vai muito além de um simples conflito de uso, pois é, de fato, o confronto entre duas visões radicalmente diferentes da relação homem/natureza.

É, pois, o rio, um ator não humano que age, direciona e redimensiona a vida dos humanos. É ele que marca a presença forte e pulsante da natureza nos modos de agir do ribeirinho. Esse vínculo com a natureza, permeado por um agente com poder, permite que certo freio ou barreira impeça que os imperativos da dominação e da lógica capitalista se consolidem definitivamente nesse cenário de ilhas, rios, margens e cidades. Os “encantados do fundo”, os espíritos que moram no rio, criam, assim, os mecanismos para que laços subjetivos, identitários e simbólicos com os ribeirinhos, os sujeitos do rio, resistam e mantenham o rio vivo.

REFERÊNCIAS

- BELÉM. **Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova. Promaben:** relatório de impacto ambiental. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2007.
- BELÉM. **Lei n.º 8.655, de 30 de julho de 2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal, [2008]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2008/866/8655/lei-ordinaria-n-8655-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-do-municipio-de-belem-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 out. 2021.
- BELÉM. **Anuário 2020:** Anuário Estatístico do Município de Belém. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2020.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BRAUDEL, F. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- CALLON, M. La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc, *L'Année Sociologique*, [s. l.], v. 36, p. 169-207, 1996.
- CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2007.
- CASTELLS, M.; GODART, F. **Monopolville:** analyse des rapports entre l'entreprise, l'État et l'urbain à partir d'une enquête sur la croissance industrielle et urbaine de la région de Dunkerque. Paris: La Haye: Mouton, 1974.
- CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. (org.). **Cidades na floresta.** São Paulo: Annablume, 2008. p. 13-39.

- CHILDE, G. **Man Makes Himself**. Nottingham: Editor Spokesman, 2003.
- COSTA, G. S.; COSTA, F. A. Reprodução social da população camponesa e o paradigma do desenvolvimento rural sustentável na região das ilhas, em Cametá, Pará, Brasil. *In*: CASTRO, E. *et al.* (org.). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém: NAEA/UFPA. 2007. p. 111-153.
- DEBRAY, R. **Eloge de la frontière**. Paris: Gallimard, 2010.
- DESCOLA, P. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, 2015.
- ELETRONORTE. **Plano de utilização do reservatório**: a pesca nas áreas de influência local e de jusante caracterização preliminar (TUC 10-26443-re. Eletronorte). Brasília, DF: Centrais Elétricas do Norte do Brasil, S/A., 1989.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- LATOUR, B. **Changer de société**: refaire de la sociologie, Paris: La Découverte, 2006.
- LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução a teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; São Paulo: EDUSC, 2012.
- LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem** São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, C. O cru e o cozido. *In*: LÉVI-STRAUSS, C. **Mitológicas 1**. São Paulo: CosacNaify, 2004. p. 5-435.
- LIMA, T. S. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 21-47, 1996.
- MAUÉS, R. H. O Perspectivismo indígena é somente indígena? cosmologia, religião, medicina e populações rurais na Amazônia. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 33-61, 2012.
- PEREIRA, E. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas**: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia tocantina paraense. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PROMABEN. **Relatório de Impacto Ambiental**: setembro/2007, tomo 01/02. Belém: Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos/Prefeitura Municipal de Belém: Engesolo Engenharia LTDA, 2007.

RODRIGUES, C. I. **Vem do bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidades em espaços urbanos. Belém: Editora NAEA, 2008.

RODRIGUES, C. I.; CAVALCANTI, J. S. B. Entre fronteiras: Identidades e culturas na modernidade. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 14, n. 21/2, p. 217-234, 2010.

SILVA, J. S.; PEIXOTO, R. C. D. Gentrificação e resistência popular nas feiras e portos públicos da Estrada Nova em Belém (PA). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** Belém, v. 10, n. 3, p. 681-697, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. **Humanitas**, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

WADA, Y; BIERKENS, M. F. Sustainability of global water use: past reconstruction and future projection Environmental. **Research Letters**, [s. l.], vol. 9, n. 10, e104003, 2014.